

Geopolítica da língua portuguesa

José PALMEIRA

Nos séculos XVI e XVII, a língua portuguesa foi o elo de entendimento dos navegadores europeus que aportavam a África e à Ásia. Depois de uma predominância do francês, no século XVIII, o inglês assume-se como principal língua de comunicação num mundo crescentemente interdependente e globalizado.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, simbolizou o fim de uma era que foi dominada pelo poder militar, assente em dois blocos ideologicamente antagónicos. A mundialização é filha dessa pacificação, mas também da rendição do modelo de economia planificada à economia de mercado. A marca anglo-saxónica traduz-se numa sociedade com valores liberais, refletidos na disseminação dos regimes democráticos e na adoção de modelos económicos capitalistas, bem como na generalização de padrões culturais influenciados pelos Estados Unidos da América.

A tardia descolonização portuguesa, empreendida em 1974, encontrou na Guerra Fria um obstáculo à consolidação dos novos Estados, vítimas da confrontação este-oeste. Daí que o projecto de uma comunidade lusófona de Estados tivesse que aguardar pelo fim dessa rivalidade para ver o luz do dia. Foi em 1996 que nasceu a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) que dá consistência geopolítica a um bloco fundado na língua que é comum a oito Estados. Embora a política da língua seja mais concretamente tratada no âmbito do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, cuja criação foi decidida pelos chefes de Estado e de Governo lusófonos que se reuniram para o efeito no Brasil, em 1989, é na CPLP que os líderes políticos dos Oito concertam estratégias no plano internacional.

É conhecida a ambição de ajudar a colocar o Brasil entre os Membros Permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, num

cenário de reformulação deste órgão. Os países lusófonos convergiram recentemente (2010) na eleição de Portugal para membro não permanente daquele órgão, tal como antes se empenharam na resolução de conflitos na Guiné-Bissau e em Timor-Leste. Lisboa aproveitou ainda a sua última presidência da União Europeia (UE), em 2007, para promover a realização da primeira cimeira UE-Brasil e da segunda cimeira UE-África, tendo neste caso em atenção a problemática dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa.

A descontinuidade territorial dos países lusófonos, dispersos por quatro continentes, faz com que os mesmos tenham inserções regionais tão diversas como o Mercado Comum do Sul (Brasil), União Europeia (Portugal), Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Angola e Moçambique), Comunidade de Estados da África Ocidental (Cabo Verde e Guiné-Bissau) e Comunidade de Estados da África Central (São Tomé e Príncipe e Angola), organizações onde o idioma português é língua oficial. Timor-Leste é, por seu turno, membro observador da Associação das Nações do Sudoeste Asiático e do Fórum das Ilhas do Pacífico. O Português chega também à República Popular da China, por ser um dos idiomas da Região Administrativa Especial de Macau. Tem ainda expressão no Estado Indiano de Goa que em 2013 vai receber os Jogos da Lusofonia. Colocar o Português como língua de trabalho na Organização das Nações Unidas é agora um dos propósitos da CPLP, tal como já acontece na Organização dos Estados Americanos e na União Africana. A União Latina e a Cimeira Ibero-Americana também reúnem Estados lusófonos.

O Observatório da Língua Portuguesa (OLP) - uma associação sem fins lucrativos, com sede em Lisboa - estima em 240 mil o número de falantes de língua portuguesa e coloca este idioma como o quarto mais falado a nível mundial – a seguir ao chinês (mandarim), espanhol e inglês – e o quinto mais usado na Internet (depois daquelas três línguas e do japonês).

O número de falantes de Português só obtém o pleno em Portugal e no Brasil, sendo falado em percentagens variáveis entre a população residente nos restantes países lusófonos. Com base em informação recolhida na IV Conferência Estatística da CPLP, realizada em Lisboa, em 2010, o OLP atribui percentagens inferiores a Cabo Verde e a São Tomé e Príncipe (95 por cento), Angola e Guiné-Bissau (60 por cento), bem como a Moçambique (50 por cento), sendo ainda menor a percentagem de falantes do idioma em Timor-Leste (20 por cento) e Macau (quatro por cento).

Estes dados revelam quanto ainda há a fazer termos de promoção da língua portuguesa, não apenas junto dos residentes mas também da população emigrada. Neste caso, assume particular relevância o recurso a meios audiovisuais, como a televisão e a Internet, como forma de difusão do idioma. É também fundamental a diplomacia cultural dos Estados lusófonos, seja através da abertura de centros culturais, como da sensibilização dos países de acolhimento para a integração do Português nos seus planos oficiais de estudo.

O desporto, a música e a literatura são algumas das áreas que podem ser dinamizadas, tirando partido da notoriedade de várias personalidades do mundo lusófono. A um escritor lusófono, o português José Saramago, foi atribuído, em 1999, o Prémio Nobel da Literatura, um ano depois de dois outros lusófonos, os timorenses D. Ximenes Belo (então Bispo de Díli) e José Ramos Horta (actual Presidente da República de Timor-Leste), terem sido agraciados pela academia sueca com o Prémio Nobel da Paz, em reconhecimento do seu papel na libertação daquele território.

A actividade económica é hoje uma prioridade dos Estados. E poderá uma língua ter valor económico para um país? Estudos académicos revelam que sim. Um trabalho encomendado pelo Instituto Camões, ligado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em 2007, estimou em 17 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) o valor da língua portuguesa.

O investimento na língua portuguesa, através da alfabetização e da educação de jovens e adultos, bem como a difusão da literatura e das artes com raízes lusófonas, é um passo decisivo para o desenvolvimento de uma verdadeira cidadania. A educação e a cultura são inseparáveis da economia e do objectivo de qualidade de vida a que as populações aspiram.

Pelas suas capacidades, manifestas ou latentes, Portugal, o Brasil e Angola têm particular responsabilidade no processo de consolidação e difusão da língua portuguesa, devendo constituir-se num autêntico triângulo estratégico capaz de potencializar a lusofonia no mundo.

Autor:

José Palmeira,
Universidade do Minho.
E-Mail: palmeira@eeg.uminho.pt

Como citar este texto:

PALMEIRA, J. Abertura. **Revista Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa**, Brasil, São Paulo, volume 1, nº. 11, pp.05 – 08, Set. 2011. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>.